

## DIÁRIO DO LITORAL

Diretor Presidente  
SERGIO SOUZAEditora Responsável  
TATYANE CASEMIRO

Jornal Associado

ANJ ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNAIS

Jornal Diário do Litoral Ltda • Fundado em 1998 • Depto. de jornalismo: Bárbara Farias, Gilmar Alves Jr., Carlos Ratton, Luana Fernandes, Alyson Gonçalves, Francisco Aloise, Bruno Gutierrez, Daniela Origuela e Rafaella Martinez. • Depto. de fotografia: Matheus Tagé e Rodrigo Montaldi • Internet: Pedro Henrique, Victoria Simonato e Paolo Perillo • Depto. de diagramação: Leonardo Diniz e Marcelo Souza • Agências de notícias: Agência Estado, Folhapress, Associated Press e GB Edições • E-mail: editor@diariodolitoral.com.br, publicidade@diariodolitoral.com.br, site@diariodolitoral.com.br, fotografia@diariodolitoral.com.br, contraponto@diariodolitoral.com.br • Redação e parque gráfico: Rua General Câmara, 254 - Centro - Santos - CEP: 11.010-122 - Fone/Fax: (13) 3226-2051 • São Paulo: Avenida Fagundes Filho, 191 - cj. 48 - Ed. Houston - Monte Alegre, São Paulo - SP - CEP 04304-010 - Fone/Fax: (11) 5071-5931 • Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.  
[www.diariodolitoral.com.br](http://www.diariodolitoral.com.br)

## Mamata à vista no Porto

A intenção de renovar por mais 35 anos (com cláusula de prorrogação por mais 35) os contratos de arrendamento portuário assinados antes de 93, muitos deles já vencidos, é tão indecente, mas tão indecente, que mesmo no Brasil, país da indecência institucionalizada, choca e revolta.

A justificativa para esse decreto é tão esfarrapada, mas tão esfarrapada, que mesmo no governo Temer, o do Geddel do prédio da Bahia e do secretário da Juventude que quer uma chacina por semana, surpreende pelo cinismo e pela desfaçatez.

A indecência é tão explícita que basta apresentar uma única pergunta para que ela se torne evidente: os contratos terminaram. As áreas são públicas. Por que, então, vedar a outras empresas interessadas o direito de concorrer em novas licitações? Por que esse privilégio sem sentido, essa reserva de mercado, para as que já operam com contratos caducos?

Uma outra questão se coloca nesse momento de crise aguda: por que abrir mão, desistir, da receita que seria auferida nessas licitações quando até repatria-

Por Paulo Schiff  
COLABORADOR

ARTIGO

ção de dinheiro ilegal foi promovida para arrecadar?

A inconsistência absoluta da justificativa também é explícita. O ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, defende essa iniciativa como forma de assegurar investimentos para o setor. Mas esses mesmíssimos investimentos podem ser exigidos no processo de licitação e não negociados numa renovação.

Se essa justificativa já é completamente tosca, a de adequar a nova lei aos contratos é muito pior. Os contratos é que têm de ser adequados à nova lei.

Um efeito previsível dessa renovação é o da negociação – por contratos de gaveta – dessas áreas conquistadas gratuitamente nessa

manobra. Velhos arrendatários podem vender por baixo do pano as concessões para empresas ativas.

Uma situação curiosa pode ser criada. Digna talvez, de um registro no Livro Guinness, dos Recordes: empresas que nunca participaram de uma licitação podem ocupar áreas públicas por 110 anos, mais do que um século! 40 anos lá, com mais 70 dessa renovação...

Para fechar esse circo de horrores, ainda tem uma situação esdrúxula. Contratos exatamente iguais a esses tiveram as áreas licitadas recentemente. Tem empresa grande no Porto de Santos que participou de uma nova licitação e pagou bem caro para vencer e permanecer. Como vai se sentir o dirigente de uma dessas empresas? Como um otário?

Ainda falta falar das manobras jurídicas e fraudes que mantiveram essas empresas operando mesmo com contratos vencidos. E de negócios estranhos como troca de área secundária por área com cais de atracação, o filé mignon portuário. Fica para amanhã.

**PAULO SCHIFF** é jornalista na função de apresentador de televisão, especialista em política.